

Trabalho e Surdez: Reflexões Autobiográficas

Work and Deafness: Autobiographical Reflections

Vinicius Hidalgo Pedroni¹

Universidade Federal do Tocantins

Resumo: O artigo apresenta algumas reflexões sobre o trabalho na perspectiva da surdez a partir da minha experiência como trabalhador surdo e das leituras que subsidiam este ensaio teórico. Resgato aqui as oportunidades ou vagas oferecidas, no mercado de trabalho, aos surdos ocupantes de posições inferiores na estrutura hierárquica profissional, bem como as atividades desempenhadas por este grupo minoritário, usuários de uma forma diferente de comunicação e inseridos no modo de produção capitalista. Destaco também o trabalho de surdos graduados que atuam como professores de Língua de Sinais no contexto das Instituições de Ensino, apontando a dificuldade no estabelecimento de diálogos formais e informais entre os pares.

Palavras-chave: Surdez. Trabalho. Convivência social.

Abstract: The article presents some reflections on work from the perspective of deafness, based on my experience as a deaf worker and on the readings I made of some articles that deal with these two subjects, namely, deafness and work. Here I separate the opportunities or vacancies offered to the deaf in the labor market, occupying lower positions in the professional hierarchical structure, as well as the activities performed by this minority group, users of a different form of communication, inserted in the capitalist mode of production. I also highlight the work of deaf graduates who work as Sign Language teachers in the context of Educational Institutions, pointing out the difficulty in establishing formal and informal dialogues between peers.

Keywords: Deafness. Work. Social living.

Submetido em 27/10/2025

Aprovado em 18/12/2025

Introdução

Começo este texto apresentando minha condição de existência no mundo. Sou assumidamente surdo, dentro de uma perspectiva que considera a surdez como diferença e não como deficiência. Afirmo que tenho uma identidade surda, construída na relação com muitos pares surdos, com os quais convivi e cuja interação com eles, sempre se deu e ainda hoje se dá por meio da Língua de Sinais. Dito isso, afirmo que minha pretensão aqui é estabelecer algumas relações existentes entre o mundo do trabalho e a condição de existência dos surdos inseridos nesse modelo de produção centrado no sistema capitalista.

¹ Universidade Federal do Tocantins, Arraias, Tocantins, Brasil. E-mail: pedroni.vinicius@uft.edu.br.

O foco é apresentar algumas reflexões sobre situações vividas por surdos no mercado de trabalho, destacando as oportunidades para o preenchimento de vagas oferecidas aos surdos e as atividades desempenhadas por esse grupo minoritário, usuários de uma forma diferenciada de comunicação.

A imensa maioria dos atores que compõe este cenário é constituída por ouvintes, sejam eles empregadores ou empregados, que desconhecem ou desconsideram a surdez como sendo uma diferença cultural e linguística. A visão predominante nesse caso considera a surdez como uma condição física que a diferencia daqueles que percebem o som, ou seja, como deficientes auditivos. São raros, para não dizer quase inexistentes, os casos em que é possível encontrar surdos ocupando cargos ou posição de comando em ambientes de trabalho. A contratação desses indivíduos se dá por força da Lei n. 8.213/91 (BRASIL, 1991), Lei de cotas para Pessoas Com Deficiência - PCD e, ainda, ocupando posições inferiores na estrutura hierárquica profissional, normalmente como repositor de mercadorias em lojas de departamentos ou em supermercados.

Para os surdos, a oportunidade de acesso ao mercado de trabalho em uma profissão cuja remuneração e as condições de trabalho sejam equivalentes ao que um ouvinte possa alcançar como por exemplo, uma profissão que requer um nível superior de ensino, aparece apenas como professor ou instrutor de Libras – Língua Brasileira de Sinais. Isso se dá não por força de lei, mas em razão dela, ou seja, a partir da Lei n. 10.436/02 (BRASIL, 2002), a qual tornou oficial a Libras e o Decreto n. 5.626/05 (BRASIL, 2005), que regulamenta seu ensino no Brasil, abrindo assim, espaços para uma série de oportunidades de atuação profissional ligada a esse ensino. Dentre elas destacamos a criação de cursos de licenciatura em Letras/Libras e, conseqüentemente, a oportunidade para que os surdos ingressem nesses cursos de graduação, com uma perspectiva futura de atuação como professores da disciplina de Libras, não somente em novos cursos de graduação, como também, nas escolas para surdos e em escolas que recebem surdos inclusos, espalhadas pelo Brasil.

O trabalho do surdo e as posições inferiores na estrutura hierárquica profissional

A inclusão do surdo no mercado de trabalho é um tema que merece bastante atenção. Para Gonçalves (2013), a integração do surdo no mercado de trabalho faz com que ele adquira sua independência econômica se sinta produtivo dentro da comunidade em que vive. Apesar da alegação das empresas de que falta qualificação por parte dos

portadores de deficiências, o outro lado também é verdadeiro: as empresas não sabem como incluir os trabalhadores deficientes. A primeira barreira que o indivíduo surdo encontra ao tentar se inserir no mercado de trabalho é a comunicação.

Quando Marx, (2011 p. 516) escreve que um trabalhador que passa a vida inteira se especializando em uma função parcial, transforma todo o seu corpo em órgão automático especializado dessa operação e, conseqüentemente, sua produtividade será maior do que a do artesão que realiza todas as etapas da produção, ele na verdade está mostrando que esse acréscimo de produtividade decorre da maior intensidade do trabalho contínuo e único. Com os surdos que trabalham em lojas de departamento, é possível inferir que ocorre processo semelhante de especialização, de acréscimo de produtividade e de trabalho intenso, porém, com alguns diferenciais que, salvo melhor juízo, agravam ainda mais o processo de exploração do trabalho. Isso porque os surdos têm certa destreza e habilidade em usar as mãos, obtidas por meio do uso natural de sua forma de comunicação, ou seja, sua língua que é articulada através do movimento das mãos, potencializando assim, as tarefas que exigem habilidades manuais.

A forma de comunicação dos surdos é a língua de sinais, sobre isso Quadros (1997) aponta que ela surge pelos mesmos ideais, quais sejam, as necessidades naturais e específicas dos seres humanos de usarem um sistema linguístico para expressarem ideias, sentimentos e ações. Dessa forma, a língua de sinais constituiu-se da necessidade de os surdos se comunicarem e participarem como parte integrante do seu meio, uma vez que apresentam dificuldades na aquisição da língua oral. Esta língua apresenta em sua estrutura sistemas abstratos, regras gramaticais e complexidades linguísticas, como também expressões metafóricas. A autora ressalta, ainda, que a língua de sinais se apresenta tão complexa e expressiva quanto a língua oral. Segundo ela, esta língua, como todas as outras, estabelece características próprias, de acordo com a nacionalidade e até mesmo a regionalidade. É uma língua que compreende uma organização material de constituintes, fechada e convencional, correspondentes às possibilidades do canal visual-manual-gestual.

Isso então, nos leva a analisar que essa habilidade em se comunicar com as mãos é que faz do surdo, inserido no mercado de trabalho, em atividades subalternas, ao atuar, por exemplo, como repositor de mercadorias, um verdadeiro “órgão automático especializado”, capaz de desempenhar a função desejada pelo empregador, com maior produtividade. Soma-se a isso, a dificuldade que os ouvintes têm em lidar com um tipo

de língua que não se expressa de forma oral, impedindo a interlocução com o surdo e o consequente impedimento da interação deste com os trabalhadores. Resultando assim, em uma maior possibilidade de concentração na tarefa a desempenhar, automatizando ainda mais suas atividades, uma vez que a distração ou descontração com conversas paralelas raramente ocorrem em função da diferença linguística.

Porém, aprofundando esse olhar, constatamos que isso é apenas o extremo desse quadro, já que o surdo para chegar a ter essa colocação e ser produtivo, precisa de preparação profissional, proporcionada por instituições escolares que não estão preparadas para tal. Conceitos básicos relacionados ao mundo do trabalho, muitas vezes, não fazem parte do rol de conhecimentos apreendidos pelos surdos. Alguns deles, ainda, desconhecem informações sobre direitos e deveres trabalhistas previstos em lei. Como a educação de surdos se dá, na maioria dos casos em escolas de ouvintes, numa perspectiva em que a educação é toda organizada para o ensino de ouvintes, não se encontra contemplado no currículo dessas escolas, nenhum conteúdo que possa auxiliar o surdo na compreensão de conceitos que irão auxiliá-lo no enfrentamento do mundo do trabalho Skliar, (1998).

Acredita-se que para estabelecer uma boa comunicação entre surdos e ouvintes, em especial, no ambiente de trabalho, seria ideal que essa comunicação fosse feita por meio da Língua de Sinais. Contudo, desconhecida pela maioria das pessoas que ouvem e que também não se interessam muito em buscar esse conhecimento e/ou que nunca realizaram algum tipo de treinamento para trabalhar com surdos, essa comunicação pouco ou quase nunca se efetiva. Nessa perspectiva, Machado (1994, p. 15) destaca que:

Com a flexibilização funcional um novo perfil de qualificação de força de trabalho parece emergir e, em linhas gerais, pode-se dizer que estão sendo postas exigências como: posse de escolaridade básica, de capacidade de adaptação a novas situações, de compreensão global de um conjunto de tarefas e das funções conexas, o que demanda capacidade de abstração e de seleção, trato e interpretação de informações. [...] são requeridas também a atenção e a responsabilidade. Haveria também um certo estímulo à atitude de abertura para as novas aprendizagens e criatividade para o enfrentamento de imprevistos. As formas de trabalho em equipe exigiriam mais ainda a capacidade de comunicação grupal.

Um dos principais entraves, observados para facilitar e ampliar a inserção da comunidade surda no mercado de trabalho é a falta de formação profissional. Diante disso, Souza e Souza (2004, p. 45) argumentam que a capacitação profissional da pessoa surda é um desafio para as escolas, no sentido de repensarem suas finalidades, seu

currículo e suas formas de atuação. É, portanto, um direito da comunidade surda se fazer presente nas discussões das políticas sociais.

A capacitação do surdo para o trabalho deve, portanto, começar a partir do momento que ele inicia sua relação com a sociedade, captando informações diversas, participando de decisões, emitindo opiniões, influenciando e sendo influenciado. Dessa forma, a escola tem papel fundamental nesse processo, porque será a grande estimuladora desse aluno. Sobre isso, Palhares (2003) escreve que na escola é importante que lhes sejam oferecidos programas socioeducativos que contemplem atividades de lazer, esporte, expressão artística, educação ambiental e para a saúde, iniciação ao mundo do trabalho. Com estes programas se procura desenvolver valores e atitudes que promovam a sociabilidade, a criatividade, o potencial cognitivo, estimulando a vontade de aprender e buscando o desenvolvimento da autonomia e da cidadania, pressupostos estes para a formação de um trabalho qualificado.

O melhor caminho para a realização desta tarefa de esclarecimento aos surdos, a respeito das questões que envolvem o universo do trabalho é sem dúvida o ensino bilíngue em que se faz presente uma pedagogia voltada para a efetiva realização do aprendizado do surdo. Sobre os aspectos dessa pedagogia podemos dizer que eles estão relacionados com os apontamentos para uma educação que utilize duas línguas no processo de ensino, a língua de sinais como língua de instrução e troca durante o processo de ensino e a língua da comunidade oral (português no Brasil), na modalidade escrita, como língua de registro. Relação esta construída a partir da perspectiva da surdez como diferença, considerando tanto os aspectos linguísticos quanto culturais, indo ao encontro da sugestão de Lopes (2007, p. 69), que enfatiza que “O caráter bilíngue de uma proposta educativa para surdos deve partir do reconhecimento da diferença cultural dos surdos, bem como do reconhecimento da língua de sinais como sendo própria da comunidade surda à qual o sujeito pertence” (LOPES, 2007, p. 69).

Baracho, Cabral Neto e Ramos (2017) apontam a necessidade de preparar profissionais para determinadas funções nas empresas, espaços em que são exigidos conhecimentos científicos, evidentemente em número restrito, pois a própria organização do trabalho em bases taylorista/fordista é caracterizada pela decomposição do ofício em tarefas pormenorizadas e organizadas de forma hierarquizadas, resultando em funções simples e complexas. Vale lembrar que em se tratando de surdos, tal necessidade deve se dar dentro de uma educação profissionalizante bilíngue para surdos, nos moldes dos

curtos técnicos integrados no ensino regular. Contudo, observamos que isso não faz parte da realidade educacional para surdos.

Acreditamos que a implantação dessa modalidade de ensino no universo educacional dos surdos, permitiria aos surdos uma melhor preparação profissional, contribuindo para o acesso desse grupo específico de trabalhadores ao mercado de trabalho. Acesso esse que permitiria a eles serem vistos muito mais como colaboradores do processo de produção e menos como mercadoria inserida por força de lei, ou seja, mais como seres humanos e menos como “coisas” obrigadas a participar do processo.

O trabalho do surdo graduado que atua como professor de Libras

Outra vertente desta discussão acerca das oportunidades de trabalho oferecidas aos surdos, bem como da condição de exercício de uma atividade laboral, ocorre no âmbito de uma profissão que exige graduação no ensino superior. Estamos aqui falando de surdos graduados no curso de Licenciatura em Letras/Libras que atuam como professores de Língua de sinais, nos diferentes níveis de educação. Conforme citado acima, estas oportunidades de atuação profissional são decorrentes da publicação do Decreto n. 5.626/2005 (BRASIL, 2005). Sobre isso, Giroto, Martins e Lima (2015, p. 745) salientam que:

Dentre as conquistas mais imediatas do Decreto n. 5.626/2005 (BRASIL, 2005), a obrigatoriedade da Libras como disciplina curricular se destaca, ampliando progressivamente a demanda de contratações de profissionais para atuar no ensino e/ ou difusão da Libras, desde a educação infantil ao ensino superior (Pedagogia, demais licenciaturas e Fonoaudiologia), dando maior visibilidade à escolarização dos surdos.

Embora haja espaço para os surdos atuarem como profissionais da educação, ensinando a língua de sinais aos alunos em escolas bilíngue para surdos ou em escolas regulares que recebem surdos inclusos, é no ambiente de graduação que atualmente surgem as melhores oportunidades de trabalho. Vale, porém destacar que nesta atmosfera, não somente os surdos, mas, também os ouvintes concorrem a uma vaga neste seleto grupo, e, em função desta concorrência, nem sempre as oportunidades são equitativas: a começar pelo acesso à essa profissão.

Posso aqui dizer, a partir da experiência própria, já que antes de ser aprovado como professor de Libras na Universidade Federal do Tocantins – UFT, em 2018, havia participado de inúmeros concursos em que a concorrência se dava entre um grande

número de ouvintes graduados nas mais diferentes licenciaturas, com especialização em Língua de Sinais, e de um pequeno quantitativo de surdos graduados em Letras/libras ou em diversos outros cursos, também com especialização em Libras. Em alguns casos a proporção era quase de 50 ouvintes para 1 surdo. Cabe investigar não só as causas dessa diferença, como também o percentual de surdos aprovados em comparação à aprovação de ouvintes, aspectos que sinalizam possibilidades investigativas futuras, mas por ora, centrando em minhas memórias autobiográficas atribuo ao primeiro caso a falta de acesso à diversidade de cursos de graduação e à informação acerca da divulgação de editais que na época não eram veiculados em Língua de sinais e ao segundo caso, ou seja ao percentual de surdos aprovados, em tese ser menor, em decorrência de uma maior valorização de conhecimentos na língua instrumento de avaliação do que na língua a ser ensinada pelo profissional.

Nesses concursos, a exigência inicial era, e em muitos deles ainda são, o domínio da língua portuguesa, ou seja, para que o candidato pudesse participar da segunda fase do concurso que consistia em ministrar uma aula prática de língua de sinais e em língua de sinais, era necessária apresentação prévia de conhecimentos e o domínio aprofundado da língua portuguesa. Isso porque, a prova era elaborada com um grande número de questões (nunca menos que 80 questões), toda em português escrito, sem tradução para a Libras e sobre as mais diferentes áreas do conhecimento humano, incluindo aí, a gramática da língua portuguesa. O curioso nesse caso é que o surdo precisa provar fluência numa língua que para ele é tida como segunda língua, para só então poder apresentar todo o seu potencial de conhecimento na língua que será objeto de ensino ao longo de sua carreira profissional e que para ele é primeira língua.

Em documento elaborado por um grupo de trabalho instituído pelo MEC/SEESP, formado por profissionais e pesquisadores da área, que define subsídios para a Política Linguística de Educação Bilíngue: Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, encontramos algumas análises acerca dessa diferenciação entre primeira e segunda língua para surdos:

A Educação Bilíngue de surdos envolve a criação de ambientes linguísticos para a aquisição da Libras como primeira língua (L1) por crianças surdas, no tempo de desenvolvimento linguístico esperado e similar ao das crianças ouvintes, e a aquisição do português como segunda língua (L2). [...] O objetivo é garantir a aquisição e a aprendizagem das línguas envolvidas como condição necessária à educação do surdo, construindo sua identidade linguística e cultural em Libras e

concluir a educação básica em situação de igualdade com as crianças ouvintes e falantes do português (BRASIL, 2014, p. 6).

Isso mostra, ainda, que o profissional licenciado nas mais diferentes áreas do conhecimento humano, que ao longo de sua graduação cursou a disciplina de Língua de Sinais, irá atuar profissionalmente em um contexto em que irão se deparar com alunos surdos inclusos que necessariamente farão uso da Língua de Sinais como sua primeira língua, necessitando, portanto, de uma satisfatória proficiência nesta língua.

Outra situação vivenciada por surdos professores de Língua de Sinais, no exercício de suas atividades laborais realizado nos cursos de Licenciatura ou mesmo nos níveis inferiores de ensino, refere-se às dificuldades de interação entre os pares. Professores, coordenadores de curso, chefes de departamentos, diretores, secretários de departamentos e muitos outros agentes que compõem uma Instituição de Ensino qualquer, desconhecem não só a Língua de Sinais, mas, também, aspectos importantes da identidade e da cultura surda, desrespeito assim, inúmeras vezes, o princípio de equidade necessária às regras de boa convivência em diferentes situações .

A primeira constatação a destacar acerca dessa situação é a carência de diálogos formais e informais que se realizam entre professores ouvintes e professores surdos nas instituições de ensino em que esses dois agentes atuam. Sabemos que muitas informações oficiais veiculadas nessas instituições são cotidianamente comentadas entre pares, fato que contribui para melhor compreensão e assimilação das mesmas, além de apontar posicionamentos diante delas. Em razão da diferença linguística e do pouco número de professores fluentes nas duas línguas (língua de sinais e língua oral), os diálogos ou discussões entre professores surdos e professores ouvintes são inexistentes. Nota-se nesse contexto a predominância majoritária dos diálogos orais e a desconsideração em relação à maneira como os surdos expressam suas opiniões. Como os intérpretes são profissionais contratados para atuarem em diálogos oficiais da instituição e não para interpretar diálogos entre pares, resta ao surdo uma tentativa de comunicação oral ou o anonimato.

A falta de informação sobre a surdez e sua visão como diferença e não apenas como deficiência, leva por diversas vezes, as pessoas a criticarem um surdo, desconhecendo que eles possuem uma linguagem, uma comunidade unida e organizada, e que possuem a mesma capacidade que os ouvintes, o que significa que a surdez não impede que estes sujeitos possam fazer parte atuante na sociedade. Sobre isso, Dutra

(2005, p. 30), em seu trabalho, descreve a declaração de Pimenta (2001, p. 24), ator surdo Brasiliense:

A surdez deve ser reconhecida como apenas mais um aspecto das infinitas possibilidades da diversidade humana, pois ser surdo não é melhor ou pior do que ser ouvinte é apenas diferente. Se considerarmos que surdos não são “ouvintes com defeito”, mas, pessoas diferentes, estaremos aptos a entender que a diferença física entre pessoas surdas e pessoas ouvintes gera uma visão diferente de mundo, um ‘jeito ouvinte de ser’ e um ‘jeito surdo de ser, que nos permite falar em uma cultura da visão e outra da audição.

Sobre a inserção de surdos no mercado de trabalho, Klein (1998, p. 77) escreve que ela é marcada pela ideia de que “os surdos devem se adequar às exigências do mercado que busca a eficiência e a lucratividade, dentro de uma lógica de normalização dos sujeitos”. Isso, por sua vez, impõe ao surdo a necessidade de buscar por meio de um esforço sobre humano, aquilo que para os demais é oferecido da maneira mais natural possível.

Por isso, ao se pensar em formação humana, seja ela voltada para a convivência social ou para o ambiente de trabalho, há que se pensar também nas condições culturais que envolvem tal formação, já que o papel das forças culturais, são em sua essência um processo formativo e a individuação do sujeito ocorre na dinâmica que o envolva em práticas sociais. Sobre isso, Vigotski (2000, p. 25), aponta que:

A formação individual se dá em relações que se vinculam, em primeiro momento, à estrutura social de coletivos, referente ao campo interpessoal, e, em outro momento, à estrutura social da personalidade, referente ao campo intrapessoal. Ainda que a natureza de tais estruturas seja a mesma, é fundamental reconhecer que os modos de operar são distintos. Isso fundamenta a afirmação de que os processos mentais são 'quase sociais': "a relação entre as funções psicológicas superiores foi outrora relação real entre pessoas"..

É, portanto, de fundamental importância para a formação humana do surdo, uma completa interação, não só nos espaços sociais, mas, também, no ambiente onde ele desenvolve sua atividade de trabalho. Interação esta que deve acontecer por meio de uma língua acessível a todos. Cabendo, portanto, às instituições que contratam surdos, programas de treinamento continuado que contemplem o ensino e a difusão da língua de sinais os artefatos culturais surdos. Somente assim, o surdo projetará seu potencial produtivo e colaborativo na construção da sociedade na qual se encontra inserido.

Considerações finais

Destacamos aqui que os desafios do surdo com relação ao mercado de trabalho são muitos. Historicamente, a sociedade se eximiu de qualquer preocupação com a educação e com inserção no mercado de trabalho das pessoas com deficiência, incluindo aí os surdos. Contudo, podemos concluir que essa mesma sociedade está se conscientizando cada vez mais da necessidade de que pessoas com deficiência precisam de oportunidades a fim de serem inseridas no mercado de trabalho.

Essas oportunidades, porém, dependem de um conjunto de ações que começam com o estímulo da família, passando por um acompanhamento multidisciplinar por parte da escola e de empresas que realmente se importem com a capacitação destes profissionais, não para cumprirem cotas ou atenderem as necessidades legais, mas que busquem no surdo o desenvolvimento de seu potencial. Para tanto, é necessário viabilizar ferramentas que lhes facilite desempenhar suas funções como qualquer profissional na empresa, que seja tratado com respeito e reconhecimento por seu desempenho.

Nessa perspectiva, Marin e Góes (2006, página 244) relatam sobre a complexidade da promessa de "superar barreiras atitudinais e de comunicação", um dos lemas da inclusão social e escolar dos surdos. Essas barreiras estão presentes em toda parte, em atividades cotidianas comuns, a exemplo das dificuldades de acesso ao correio, às prefeituras, aos órgãos do judiciário, da segurança pública etc. Assim, ainda que as áreas da educação e da saúde sejam fundamentais, na construção de novos caminhos na área da surdez, não podemos esperar que, primeiro, avancem os projetos de inclusão escolar e educação bilíngue (ainda controvertidos e em experimentações iniciais), para então buscar um aumento de inserção laboral (tão problemática, dada a conjuntura socioeconômica) e para explorar programas que tragam outros acessos ao surdo. Várias coisas precisam ser pensadas ao mesmo tempo.

Referências

BARACHO, M. G.; CABRAL NETO, A.; RAMOS, M.C. P. A educação profissional na rede federal de educação tecnológica sob o enfoque do trabalho na organização taylorista/fordista. RBEPT, Vol. 1, N. 12 (2017) - ISSN 1983-0408 (2017)

BRASIL. Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

_____. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

_____. Decreto n. 5.626 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000 Brasília, 2005.

_____. Relatório do Grupo de Trabalho designado por Portaria Ministerial para elencar subsídios à Política Linguística de Educação Bilíngue - Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa Brasília: MEC/SEESP, 2014.

DUTRA, F. S. Serviço Social no campo da surdez: desafios e perspectivas de atuação profissional. Monografia. (Curso de Graduação em Serviço Social). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2005.

GIROTO, C. R. M.; MARTINS, S. E. O. S.; LIMA, J. M. R. Formação de professores e inserção da disciplina Libras no ensino superior: perspectivas atuais. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v.10, n. esp, p. 741 – 757.

GONÇALVES, F. N. A inclusão social dos surdos no contexto das organizações empresariais. Anuário de Produções Acadêmico-científicas dos Discentes da Faculdade Araguaia, 2: 12-33. 2013.

KLEIN, M. Os discursos sobre surdez, trabalho e educação e a formação do surdo trabalhador. In: SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 75-93.

LOPES, M. C. Surdez e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007

MACHADO, L. R. S. Mudanças Tecnológicas e Educação da Classe Trabalhadora. In: _____. Trabalho e educação. 2. ed. Campinas: Papirus, 1994.

MARX, K. O Capital [Livro I]: crítica da economia política. O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. Bom tempo editora, 2011.

MARIN, R. C.; GÓES, M. C. R. A experiência de pessoas surdas em esferas de atividade do cotidiano. Cad. CEDES 26 (69). Agosto 2006. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/hVTsHdNJjZyCWS6wcdSPCxJ/?lang=pt> Acesso em 12/07/2021.

PALHARES, M.A. A Capacitação Profissional do Surdo. Rio de Janeiro: INES, 2003

QUADROS, R.M. *Educação de surdos*: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SOUZA, D. L.; SOUZA, P.L. Representações de surdos no contexto da relação empregado empregador. 2004. Monografia (Especialização em Educação Especial) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2004

VIGOTSKI, L.S. O manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 71, p. 21-44, jun. 2000.